

## Frente sugere a candidatos políticas para as crianças

Congresso celebra os 18 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente. Parlamentares como Lúcia Vânia, Rosalba Ciarlini, Cristovam Buarque, Marina Silva, Patrícia Saboya e Rita Camata cobram reflexão. **4**



J. Freitas



Jane Araújo

Patrícia (E) discursa na sessão solene que contou com a participação de autoridades ligadas à defesa dos direitos da criança e do adolescente; jovens ocupam as bancadas dos senadores

“ O Estado é o maior infrator dos direitos das crianças, porque não garante condições mínimas para que elas possam brincar, ter boa escola, alimentação e moradia decente ”

PATRICIA SABOYA

“ Percebi que não podemos perder a capacidade de enxergar a necessidade de sustentarmos um ao outro, porque ninguém se basta, todos precisam de todos ”

MARINA SILVA

### LDO terá votação final na próxima terça-feira

Acordo entre os parlamentares decidiu adiar a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2009 para a terça-feira, às 19h. Até lá, serão analisadas reivindicações de inclusão de emendas para liberação de recursos orçamentários. Antes do entendimento, as bancadas do Rio de Janeiro e do DEM ameaçaram impedir a votação caso seus pedidos não fossem incluídos no texto. **5**

### Criar ovelha e cabra, opção para pequeno produtor

Na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), especialistas garantiram que a criação de ovelhas e cabras é promissora para pequenos produtores e para ampliação da oferta de alimentos. Senadores querem incentivar atividade. **8**



J. Freitas

Neuto de Conto (C) ouve de especialistas sugestões para o Brasil passar de importador a exportador de ovinos e caprinos

### Ação militar dos EUA no continente preocupa

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) decidiu convidar o ministro da Defesa, Nelson Jobim, e o embaixador norte-americano, Clifford Sobel, para debater reativação da Quarta Frota da Marinha dos EUA. **7**

### Equilíbrio é o destaque da lei contra cibercrime

O equilíbrio entre o desejo de liberdade dos usuários de informática e a necessidade de segurança por parte dos cidadãos, do Estado e das empresas é a principal característica do projeto de lei sobre crimes cometidos por meio de computadores, aprovado na quarta-feira. O ponto de vista é do relator da proposta na Comissão de Assuntos Econômicos, Aloizio Mercadante. **3**



Márcia Kolumbe

Reunidos na CRE, senadores consideram estranho Estados Unidos retomarem ação naval interrompida em 1950



“Nós estamos realizando um concurso. O concurso é muito mais necessário do que o aumento de cargos dessa natureza”, afirma presidente do Senado

## Garibaldi é contra criação de cargo para os gabinetes

EM ENTREVISTA CONCEDIDA na manhã de ontem, o presidente do Senado, Garibaldi Alves, disse que se manifestou contra o ato da Comissão Diretora que criou um cargo para cada gabinete de senador, tendo até advertido sobre a inconveniência disso. Mas foi voto vencido. De acordo com o diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, o ato ampara-se no entendimento de que, sempre que a Câmara dos Deputados aumenta a verba de gabinete, o Senado cria um cargo correspondente a esse aumento de despesa.

Para Garibaldi, há outras prioridades na Casa.

– Nós estamos realizando um concurso. O concurso é muito mais necessário do que o aumento de cargos dessa natureza – afirmou, ao ser questionado por jornalistas sobre a medida, que deve vigorar a partir de 1º de agosto.

Garibaldi contou ter argumentado com os integrantes da Mesa que não há explicação convincente para a criação desse cargo. Em sua opinião, essa despesa precisa ser justificada, a qualquer momento, ao contribuinte e ao eleitor. O salário



Garibaldi Alves reconhece que existe disponibilidade financeira

será de R\$ 9.979,24 e, segundo Agaciel Maia, há disponibilidade orçamentária.

O presidente do Senado salientou que o problema é mais de natureza política.

– Eu fui contra. Fui contra o valor. Tudo que foi decidido não contou com minha aprovação. E eu fiz um apelo para que isso não fosse feito. Mas a Mesa decide por meio dos seus integrantes. A disponibilidade financeira existe. A questão não é nem mesmo financeira, é mais política, mais de natureza estrutural. O Senado, na verdade, não está precisando criar mais cargos, há outras prioridades. Pega mal, não vai ser bem entendido, nem assimilado.

### Explicação

Na entrevista, Garibaldi repetiu algumas vezes que a resolução foi tomada pela Comissão Diretora e que seus integrantes votaram de acordo com suas consciências. Ele pediu ainda que Agaciel Maia desse uma entrevista aos jornalistas, explicando o ato da Mesa.

A Mesa é composta por 11 senadores (incluindo o presidente do Senado), desses, quatro são suplentes.

Conforme Garibaldi, não houve, durante a deliberação da Mesa, uma votação formal. Mas destacou que “todos [os integrantes da Mesa] se manifestaram claramente” e que apenas ele se opôs à medida.

## Agaciel: Senado foi único órgão a reduzir despesa

O diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, informou que o aumento de despesa com a criação de mais um cargo nos gabinetes dos senadores tem amparo no orçamento.

Agaciel testemunhou que Garibaldi Alves sempre se posicionou contra a essa medida, por entender que isso é desnecessário, além de não ser facilmente assimilável pela opinião pública.

– Houve uma decisão da Mesa. O presidente foi contra, mas teve que aceitar a decisão da maioria dos senadores. Foi uma decisão do colegiado.

De acordo com o diretor-ge-



Agaciel diz que iniciativa tem amparo orçamentário

ral, o Senado gasta hoje menos da metade do que a lei o autoriza a gastar. Ele explicou que os senadores não são obrigados a preencher essa vaga em seus gabinetes. Disse ainda que muitos deles não preenchem todas as vagas de assessores, o que é

plena-mente facultado pelas normas que regem a instituição. Hoje, cada gabinete dispõe de seis cargos de assessor e seis cargos de secretário.

Agaciel informou que todos os concursos realizados pela Casa já encerraram os prazos de contratação de pessoal, o que libera a instituição para criar esses cargos comissionados. O diretor-geral também afirmou que, de todos os órgãos da República, o Senado Federal foi o único que reduziu a despesa de 2008 em relação ao exercício financeiro de 2007.

## Congresso Nacional vai sediar reunião do Parlamento Amazônico

O Congresso Nacional vai sediar, entre os dias 14 e 16, reunião do Conselho Diretor do Parlamento Amazônico (Parlamaz). Vão participar do encontro deputados e senadores dos países que fazem parte da região amazônica.

O evento – que tem como objetivo principal a discussão e a aprovação do Plano Estratégico do Parlamaz – será realizado no edifício do Interlegis. O presidente do Senado, Garibaldi Alves, declarou que a reunião tem seu “total apoio”.

Já estão confirmadas as presenças de parlamentares do Brasil, Bolívia, Colômbia, Peru e Venezuela. O presidente do Parlamento do Suriname também participará do encontro.

A reunião será conduzida pela presidente do Parlamaz, a deputada boliviana Ana Lucia Reis, e pela secretária-executiva desse parlamento, a deputada venezuelana Zulay Zambrano.

A iniciativa para que o debate ocorresse no Brasil foi de João Pedro (PT-AM). Ao defender a rearticulação do Parlamaz, cujas atividades foram reduzidas nos últimos anos, o senador afirmou que “os países que compõem esse parlamento precisam se articular para propor soluções para a região”.

O evento conta ainda com o apoio do Grupo Brasileiro de Apoio ao Parlamento Latino-Americano (Parlatino) – presidido, atualmente, pelo senador Renato Casagrande (PSB-ES).

## Wellington lamenta invasão de diretório

A invasão do diretório municipal do PMDB em Uberlândia (MG), na semana passada, motivou protestos de Wellington Salgado (PMDB-MG). Para o senador, o arrombamento ocorreu logo depois da reunião em que anunciou a decisão de não ser mais candidato à prefeitura, para apoiar o petista Weliton Prado.

Segundo Wellington, a ação dos invasores teve o objetivo de roubar o computador do diretório para tentar comprovar, por meio da ata da reunião, suposta ligação entre o PMDB e o PT uberlandenses.

– A agressão foi tão grande que chegaram a quebrar o



Foto de Gerardo Magaña

Wellington diz que arrombamento ocorreu logo após sua desistência

muro para entrar – frisou.

### Fertilizantes

O senador defendeu a criação de uma CPI para investigar a cartelização do mercado de fertilizantes. Ele disse que vai receber de empresários de Uberlândia um estudo sobre o assunto.

## Rosalba cobra do governo asfalto para Estrada do Cajueiro

Rosalba Ciarlini (DEM-RN) anunciou a intenção de toda a bancada de seu estado promover reunião com a governadora do Rio Grande do Norte, Wilma de Faria, e com o ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, para reivindicar o desarquivamento de projeto de lei que trata da pavimentação da rodovia conhecida como Estrada do Cajueiro, que sai de Mossoró (RN) e vai até a divisa do Ceará, ligando a BR-405 à BR-116.

A senadora requereu ainda a

realização de sessão especial, em 2 de dezembro, em homenagem à beatificação da virgem mártir Lindalva Justo de Oliveira, que morreu esfaqueada ao distribuir refeições para idosos. Irmã Lindalva era religiosa da Companhia das Filhas da Caridade de São Vicente de Paula e Santa Luiza de Marillac. O requerimento é assinado também por José Agripino (DEM-RN), Marco Maciel (DEM-PE), Garibaldi Alves (PMDB-RN), João Durval (PDT-BA) e César Borges (PR-BA).

## Sistema do Interlegis está sendo modernizado

O Sistema de Apoio ao Processo Legislativo, programa vinculado ao Interlegis – Comunidade Virtual do Poder Legislativo –, cujo objetivo é fornecer informações legislativas a assembleias e câmaras de vereadores de todo o país, passa por um processo de atualização de suas funções para tornar o acesso mais prático.

Até 7 de novembro, funcionários do Grupo Interlegis de Tecnologia (Gitec), associados a profissionais de todo o país, selecionados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), se dedicarão à criação de uma nova interface, ao estudo do sistema e da documentação disponível e à implementação

de novas funcionalidades. O sistema utiliza o software livre, o que permite aos legislativos independência em relação aos fornecedores de programas para computador.

O Sistema de Apoio ao Processo Legislativo abrange as diversas etapas do processo de elaboração e consolidação das leis, de sua elaboração à sua transformação em normas jurídicas. As proposições ficam reunidas num banco de dados acessível a qualquer Casa Legislativa do país, que pode adequar o sistema às suas necessidades. Para terem acesso ao banco de dados do sistema, os legislativos devem pesquisar no site <http://www.interlegis.gov.br>.

## A agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Plenário tem sessão não-deliberativa

A sessão, às 9h, é não-deliberativa, destinada a pronunciamentos. Entre os inscritos estão os senadores João Pedro (PT-AM), Serys Slhessarenko (PT-MT) e João Durval (PDT-BA).





Valter Pereira:  
"Ninguém vai  
reclamar de exageros  
ou omissões"

## Com novo código, representação será feita ao Conselho de Ética

Valter Pereira (PMDB-MS) afirmou em Plenário que o novo Código de Ética e Decoro Parlamentar "vai levar, necessariamente, a um julgamento sério, a uma tramitação previsível, em que ninguém vai poder reclamar de exageros cometidos nem de omissões que possam comprometer a imagem" do Conselho de Ética.

O senador é autor da proposta de resolução aprovada na madrugada de ontem pelo Plenário da Casa. Relatora da proposta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) cumprimentou, em aparte, o colega pela aprovação e destacou a importância do projeto.

Conforme as novas regras, as representações por quebra de decoro serão oferecidas diretamente ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, e não mais primeiramente à Mesa do Senado, como acontecia anteriormente. Recebida a representação, o presidente do conselho

é quem será o responsável pela decisão de acatar ou arquivar a representação, o que cabia à Mesa do Senado. No entanto, dessa decisão, seja pelo arquivamento ou pelo acatamento, caberá recurso ao plenário do conselho, desde que subscrito por no mínimo cinco de seus integrantes.

Para o senador César Borges (PR-BA), relator da matéria na Mesa, além de transferir a decisão quanto ao acolhimento das representações para o órgão específico, a resolução tem o mérito de conferir aos representados amplo direito de defesa.

– Os senadores poderão julgar sem prejudicar. Hoje, a Mesa olha a constitucionalidade, mas não pode fazer a análise do mérito. No entanto, quando enviamos a representação ao conselho, já colocamos a pessoa numa situação difícil. Agora, o presidente vai fazer a análise do mérito e da constitucionalidade – explicou o senador, 3º secretário da Mesa.

## Resolução promove diversas modificações no colegiado

O novo Código de Ética e Decoro Parlamentar do Senado promove várias modificações no funcionamento do Conselho de Ética. A resolução aprovada ontem pelos senadores determina que, após o juízo prévio de admissibilidade, o presidente do conselho fará o registro da representação, notificará o representado e lhe concederá prazo de dez dias para apresentar defesa prévia.

O relator deverá ser escolhido por sorteio, de preferência entre os membros não filiados aos partidos do representado e do representante. Recebida a defesa, o relator apresentará um parecer preliminar, que será submetido à votação. Se o conselho decidir que há indícios de prática sujeita à perda de mandato ou punição, o processo criminal será instaurado.

O presidente do conselho deverá verificar se o autor da representação goza de legitimidade para apresentá-la, se o documento informa sobre os fatos pelos quais o senador denunciado responderá, se estes são procedentes e se tais fatos ocorreram já no exercício do mandato, conforme determina o Regimento da Casa.

Conforme já determina a Resolução do Senado 1/08, aprovada em fevereiro, a partir da instauração do processo, o conselho decidirá se é necessário o afastamento do senador investigado do cargo de membro da Mesa ou de dirigente em comissão. Se o investigado for membro titular ou suplente do Conselho de Ética ou ocupar o cargo de corregedor do Senado, o afastamento será automático.

Relator na CAE afirma que proposta aprovada pelo Senado apenas tipifica o crime de invasão de redes ou sistemas e o acesso, sem autorização, a dados protegidos

# Projeto garante liberdade a internauta, diz Mercadante

O SENADOR ALOIZIO Mercadante (PT-SP) disse ontem que o projeto de lei para os crimes cometidos por meio de computadores, aprovado na quarta-feira pelo Plenário do Senado, equilibra-se entre o desejo de liberdade dos usuários de informática e a necessidade de segurança por parte dos cidadãos, do Estado e das empresas.

Relator da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o senador tem procurado desestimular as interpretações de que a lei vai dificultar a navegação dos internautas em busca de conhecimento, diversão, trabalho ou negócios.

– Só estamos tipificando o crime de invasão de redes ou sistemas e o acesso, sem autorização, a dados e informações protegidos. No mais, os internautas poderão circular à vontade – explicou o senador, em referência à proposta substitutiva ao Projeto de Lei da Câmara (PLC) 89/03 e outros dois projetos correlatos. Como foi modificada no Senado, a matéria volta à Câmara dos Deputados para decisão terminativa, ainda que aquela Casa faça eventuais mudanças de conteúdo ou redação.

Mercadante argumenta que o Congresso Nacional não poderia deixar de legislar sobre esse grande instrumento de trocas na sociedade contemporânea e que também se apresenta como um espaço para atos lesivos. Ele mencionou o caso da divulgação na internet de fotos da necropsia de Maria Cláudia Siqueira Del'Isola, assassinada no ano de 2004, em Brasília, por um jurado que participou do julgamento dos acusados do crime.

– Até hoje, a Justiça tem dificuldade em punir o responsável pela divulgação das fotos na internet porque o crime ainda não está previsto em lei – lamentou o senador.

Mercadante lembrou que o estelionato, por exemplo, já está tipificado no Código Penal, mas nesse texto legal não se faz referência aos atos dessa natureza que já são comuns no chamado e-comércio – as compras e vendas via internet.

No que se refere à pedofilia, Mercadante observa que já havia a possibilidade de punir alguém por difundir imagens de crianças associadas

à pornografia e ao sexo explícito, mas continuava indefinido o que fazer em relação a quem baixasse arquivos de pedofilia ou os armazenasse em sites, páginas ou blogs. Agora, essa conduta também está tipificada.

Para chegar a um texto equilibrado, Mercadante negociou com diversos setores mudanças no projeto da Câmara e no substitutivo aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde foi relatado pelo senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

De qualquer forma, a proposta não esgota todas as questões relativas ao mundo virtual. O parlamentar petista contesta os especialistas que situam na esfera do projeto os downloads de música em arquivos como os de MP3.

– Desde que o acesso a um site ou a uma rede não seja restrito, as trocas de arquivos não configuram crime – disse o senador, observando que a matéria aprovada pelo Senado não toca na polêmica dos direitos autorais.

O projeto, entretanto, disciplina outro tema controverso: o da investigação de provedores que abriguem material criminoso, como imagens de pedofilia, manifestações de preconceito e incitação ao racismo. Para evitar que os provedores tivessem que guardar por três anos tudo o que circulasse por sua rede, os senadores mudaram o projeto original, ao obrigar o armazenamento, pelo mesmo período, apenas dos chamados logs de acesso, ou seja, os registros de quem entrou e em que data. A localização do endereço físico do usuário criminoso ficará por conta das investigações policiais.

Os provedores só serão obrigados a manter em seus arquivos material apontado pelas autoridades judiciais como necessário a investigações. Os provedores serão obrigados, ainda, a encaminhar ao poder público, de maneira sigilosa, denúncias de crimes que lhes forem feitas.



"Projeto não toca na polêmica dos direitos autorais"

Foto de Moreira Mariz

### LIMITE PARA CHUMBO EM TINTAS E VERNIZES

As tintas para pintura de imóveis e de uso infantil ou escolar, além de vernizes e materiais similares indicados para o mesmo tipo de aplicação, não poderão conter chumbo em concentração igual ou superior a 0,06%, em peso. De acordo com o projeto (PLC 1/07) aprovado na madrugada de ontem pelo Senado, fica proibida a fabricação, comercialização, distribuição e importação desses produtos com chumbo acima do limite determinado. Esse percentual já é adotado por outros países e busca proteger a saúde das pessoas.

### SOROCABA E VITÓRIA TERÃO EMPRÉSTIMOS

O Plenário do Senado aprovou, no começo da madrugada de ontem, os projetos de Resolução (PRS) 39/08 e 40/08 que autorizam, respectivamente, os municípios de Sorocaba (SP) e Vitória (ES) a contratarem empréstimos no exterior. As matérias vão a promulgação.

Sorocaba deverá contratar US\$ 42,79 milhões junto à Cooperativa Andina de Fomento (CAF) para financiar ações referentes a programa ambiental e de integração social. Já Vitória deverá contratar US\$ 39,1 milhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) destinados a programa de desenvolvimento urbano.

### PENSÃO POR MORTO EM UNIDADE MILITAR

Os senadores acolheram, na madrugada de ontem, projeto de lei da Câmara (PLC 108/07), de iniciativa do Executivo, que concede pensão especial, no valor de R\$ 600, a Maria Aparecida da Silva, mãe de Roberto Vicente da Silva, morto nas dependências do 1º Batalhão de Infantaria Blindada, sediado em Barra Mansa, no Rio de Janeiro, em 25 de janeiro de 1972. A pensão será retroativa à data de morte de Roberto Vicente. A despesa decorrente da indenização será coberta pelo programa Indenizações e Pensões Especiais de Responsabilidade da União.



Em sessão do Congresso que comemorou "maioridade" da legislação, parlamentares e outras autoridades reconhecem avanços, mas destacam que ainda há muito a ser feito



À mesa (E/D), Osmar Serraglio; Paulo Vannuchi, Garibaldi Alves, Rita Camata e Rosa Maria Ortiz. Na bancada, adolescentes

## Estatuto da Criança e do Adolescente faz 18 anos

O CONGRESSO REALIZOU ontem sessão solene para comemorar o aniversário de criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), sancionado em 13 de julho de 1990.

Participaram da sessão o ministro Paulo Vannuchi, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos; a representante do Comitê dos Direitos da Criança das Nações Unidas Rosa Maria Ortiz; a subsecretária de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, Carmem Silveira de Oliveira; e a deputada Rita Camata (PMDB-ES). Também estavam presentes crianças e adolescentes do Projeto Giração, de Brasília, coordenado por Ana Lúcia Andrade, que ocuparam as bancadas dos senadores.

Ao falar sobre os 18 anos do ECA, Patrícia Saboya (PDT-CE)

lembrou estar na Constituição o embrião do estatuto. De acordo com a senadora, coube à Frente Parlamentar em Defesa da Criança e do Adolescente, criada em 1993 e hoje por ela presidida, a tarefa de lutar pela implementação do ECA. Patrícia garantiu que o estatuto representa uma lei "que pegou, sim", apesar do ceticismo e da pouca solidariedade de algumas autoridades.

– No Brasil, o Estado é o maior infrator dos direitos das crianças, porque os entes federativos não garantem condições mínimas e seguras para que elas possam brincar livremente nas ruas, frequentar escolas de qualidade, ter boa alimentação e moradia decente – protestou.

A senadora disse ainda que o país não pode permanecer

indiferente aos "pequenos que trabalham nos faróis e exibem seus corpos nas ruas para atrair clientes".

Marina Silva (PT-AC), que também participou da sessão, protestou diante das tentativas de responsabilização de crianças pela delinquência e pela violência. Para a senadora, elas são "as vítimas mais inocentes de um sistema em que amor e afeto começam a lhes fazer falta já no ventre de suas mães".

Para Cristovam Buarque (PDT-DF), "é na escola que vamos resolver os problemas e dar ombros fortes para os que vão carregar o Brasil no futuro". Ele defendeu a criação de um órgão de proteção da criança e do adolescente e frisou a importância de os políticos se preocuparem com as crianças diretamente.

### "É preciso refletir sobre conquistas e desafios do ECA"

Durante a sessão solene, Lúcia Vânia (PSDB-GO) afirmou que o momento é "de reflexão" sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. "É hora de pensarmos sobre conquistas que tivemos e os desafios que ainda precisamos vencer. Se 31% da população brasileira vive em situação de pobreza, entre crianças de zero a seis anos esse índice é de 50,3%", destacou.

Já Rosalba Ciarlini (DEM-RN) disse que o ECA ainda não representou a "libertação das crianças brasileiras da fome, da violência, da falta de escola".

– Queremos fazer a reflexão e a convocação: vamos avançar mais. Não podemos negar às crianças os direitos mínimos. Criança tem que ser prioridade.

Vários parlamentares elogiaram a luta da deputada Rita Camata pela aprovação do estatuto. Ela destacou, porém, que ainda há muito a se fazer, como busca de mais qualidade na educação pública.

### Vannuchi: lei é uma das mais avançadas

O ministro Paulo Vannuchi, da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, condenou, durante sessão no Congresso, a proposta de redução da idade penal de 18 para 16 anos.

Depois de afirmar que "uma nação se mede pela atenção que é dada à criança e ao adolescente", Vannuchi observou que o ECA é um dos estatutos mais avançados do mundo. Mas reconheceu que ainda há muita coisa por fazer na defesa das crianças e dos adolescentes, incluindo um eficiente combate à pedofilia e à exploração sexual de crianças, além da melhoria do ensino público, especialmente o fundamental.

O ministro também ressaltou que os crimes cometidos contra crianças e adolescentes não podem ficar impunes.

### Malta defende plano nacional contra pedofilia

O presidente da CPI da Pedofilia, senador Magno Malta (PR-ES), disse que o presidente Lula comprometeu-se a sancionar, logo que seja aprovado pela Câmara, o projeto já aprovado pelo Senado que criminaliza novas condutas pedófilas.

Durante a sessão de homenagem ao Estatuto da Criança e do Adolescente, Malta defendeu o lançamento de um Plano Nacional de Combate à Pedofilia com a criação de uma estrutura específica para o assunto na Polícia Federal.

Malta anunciou ainda projeto de lei que determina a perda da propriedade – estabelecimento comercial ou qualquer outro – que for usada para a prática da pedofilia. Em aparte, o vice-presidente da CPI, Romeu Tuma (PTB-SP), lembrou que, quando delegado da Polícia Federal, chegou a identificar bares e restaurantes de beira de estrada no Pará que serviam de pontos para a prostituição infantil.

## Criança e adolescente podem ser prioridades dos futuros prefeitos

Integrantes da Frente Parlamentar em Defesa da Criança e do Adolescente lançaram ontem 18 propostas de políticas públicas destinadas a crianças e adolescentes. As sugestões serão encaminhadas a candidatos a prefeito e a vereador de todo o país para que eles assumam o compromisso de implementá-las. Os parlamentares também pediram ao presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia, apoio para a aprovação, ainda este ano, de 18 projetos de lei que beneficiam essa parcela da população.

Os documentos foram apresentados durante solenidade de comemoração dos 18 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei 8.069/90), realizada em parceria com o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda); a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República; organismos internacionais e organizações não-governamentais.

A senadora Patrícia Saboya e a deputada Maria do Rosário (PT-RS), candidatas às prefeituras de Fortaleza e Porto Alegre, respectivamente, assinaram o compromisso durante a cerimônia. O documento também será assinado pelos 40 congressistas candidatos às eleições de outubro, em evento posterior.

Patrícia Saboya disse estar

preocupada com pesquisa segundo a qual 87% da população brasileira apóia a redução da maioridade penal para 16 anos. Em sua opinião, essa mudança não é a melhor alternativa. A senadora argumentou que as pessoas se dizem favoráveis à medida porque o nível de violência no país aumentou muito nos últimos anos. Em sua opinião, a aplicação integral do ECA poderá contribuir para a diminuição da criminalidade no Brasil.

### Políticas

A deputada Rita Camata observou que, diferentemente de décadas anteriores – em que a criança trabalhava para ser um adulto digno –, hoje há a consciência de que as crianças precisam brincar e estudar.

A secretária do Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Jimena Grignani, também defendeu a inclusão das crianças e dos adolescentes como prioridade das políticas públicas municipais.

Já a representante do Conanda, Maria Inês Bierrenbach, ressaltou que o aumento de denúncias de violência contra crianças ou adolescentes demonstra que tal tolerância vem diminuindo no país. Ela sugeriu que o ECA seja incluído como disciplina curricular nas escolas.



Patrícia Saboya (C) fala durante a solenidade de lançamento das 18 propostas

### Qualificação de docentes e ensino de qualidade

Entre as 18 propostas que a frente parlamentar encaminhará aos candidatos a prefeito e a vereador em todo o país destaca-se a que visa assegurar recursos no orçamento municipal para as políticas públicas voltadas à infância e adolescência.

A ampliação do acesso de crianças de até cinco anos à educação infantil de qualidade; melhoria do ensino fundamental e combate à evasão escolar; investimento na qualificação dos profissionais de educação; e construção, reforma e ampliação de escolas também estão entre os compromissos formulados pelos integrantes da frente parlamentar.

Outras sugestões relevantes buscam garantir o pleno funcionamento dos conselhos municipais dos direitos da criança e do adolescente (CMDCA) e dos conselhos tutelares.

### Frente pede a Chinaglia votação de proposições

Parlamentares da frente em defesa da criança e do adolescente pediram ao presidente da Câmara, deputado Arlindo Chinaglia, apoio para votação este ano de 18 projetos, como a que prevê, em caráter voluntário, a ampliação da licença-maternidade de 120 para 180 dias às trabalhadoras da iniciativa privada.

Outras propostas defendidas pela frente são a que regulamenta a execução das medidas destinadas ao adolescente em razão do ato infracional; a que estende aos alunos do ensino médio da rede pública programas de material escolar, transporte, alimentação e saúde; e a que estabelece punições mais rígidas a estabelecimentos que hospedarem crianças e adolescentes desacompanhados dos pais e sem autorização prévia destes.



## Proporcionalidade no Parlasul é prioridade

O estabelecimento do critério de proporcionalidade em relação à população para o cálculo do número de vagas por país no Parlamento do Mercosul (Parlasul) será uma das prioridades do segundo semestre da Representação Brasileira no Parlamento, segundo o senador Aloizio Mercadante (PT-SP). Ele advertiu para a necessidade de se chegar a um acordo sobre o tema este ano, para que os parlamentares brasileiros possam ser eleitos em 2010.

Presidente *pro tempore* do Parlasul, o deputado Dr. Rosinha (PT-PR) disse que vai conversar com os ministros de Relações Exteriores dos demais países do bloco para chegar a uma fórmula de proporcionalidade no Parlasul.

Atualmente, cada um dos quatro membros permanentes – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai – tem direito a 18 parlamentares e a Venezuela, em processo de adesão, tem nove vagas. Uma proposta já apresentada por Rosinha daria ao Brasil 75 assentos no parlamento. Uruguai e Paraguai permaneceriam com 18 cada, enquanto Argentina teria 35 e a Venezuela, quando se tornar membro permanente, 27. Porém, propostas dos outros países restringem o tamanho da bancada brasileira.

Dr. Rosinha ressaltou que o debate poderá ser facilitado se for acompanhado pela discussão sobre o orçamento do Parlamento do Mercosul. Ou seja, quem tiver mais deputados também teria maior responsabilidade pela manutenção do órgão.

## Liderança do PT debate eleição municipal

A Liderança do PT no Senado promove hoje, às 9h30, palestra com o advogado e assessor técnico Thales Chagas Machado Coelho sobre a legislação eleitoral para o pleito municipal deste ano. O debate é reservado aos assessores dos senadores do Bloco de Apoio ao Governo. Essa será a quinta reunião que aborda, com a presença de especialistas, temas políticos de interesse da bancada.

Para senador, deve ser devolvida aos estados a prerrogativa de criar cidades. Ele alega que o país, devido às suas dimensões continentais, ainda tem muito a crescer

# Jayme Campos quer mudar regra para novos municípios

O SENADOR JAYME Campos (DEM-MT) defendeu ontem a devolução, aos estados, da prerrogativa de criar municípios, como prevê a proposta de emenda à Constituição 13/03, pronta para ser incluída na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

– Municipalista que sou, nunca me conformei com a sutil manobra legislativa que furtou dos entes federados a autonomia para criar seus próprios municípios.

Jayme Campos disse que aguarda com “elevada expectativa” a chegada ao Plenário do projeto de lei complementar (PLS 98/02), já aprovado na CCJ, que regulamenta a criação de municípios. O senador, no entanto, anunciou que apresentará emendas para perfeição a proposta.

De acordo com o projeto, a criação de municípios será condicionada à existência de população igual ou superior a



Jayme Campos se autodenomina um municipalista

5 mil habitantes, na região Norte; a 10 mil, no Centro-Oeste e Nordeste; e a 15 mil, no Sul e Sudeste. Com as emendas, Jayme Campos pretende que também seja exigida “observância a outros percentuais mínimos, com relação ao número de imóveis, arrecadação e distância”.

Assim, ao critério populacional seriam acrescentados quatro exigências locais: população superior à média populacional de 10% dos municípios do estado; número de imóveis na sede do aglomerado urbano que sediará o novo município superior à média de imóveis

de 10% dos municípios do estado; arrecadação estimada superior à média de 10% dos municípios do estado; e distância mínima de dez quilômetros entre os centros geográficos do município-mãe em relação ao que sediará a nova cidade. Para o cálculo da porcentagem dos três primeiros critérios serão considerados os municípios de menor população do estado, em ordem decrescente.

– Dessa forma, acreditamos estar contribuindo para o crescimento responsável de nossa municipalidade.

Também por emenda, o senador vai propor a redução da população mínima exigida para o Centro-Oeste, de 10 mil para 5 mil. Ele lembrou que os Estados Unidos têm 34 mil municípios, e o Brasil, 5.564.

– Ora, nosso país, de dimensões continentais, tem muitíssimo a crescer – ressaltou Jayme Campos.

## Geovani Borges critica “pessimismo nacional”

Dizendo-se “um nacionalista convicto”, Geovani Borges (PMDB-AP) citou fatos que, a seu ver, “devem ser comemorados e lembrados para melhorar a auto-estima nacional”, como a matrícula escolar de 97,3% de crianças e adolescentes de sete a 14 anos. O senador ressaltou que 70% dos brasileiros, “ricos e pobres”, dedicam considerável parte do seu tempo a trabalhos voluntários e que o Brasil é hoje “a terceira maior democracia do mundo”.

Na área econômica, salientou que existem no país 14 fábricas de veículos e que o Brasil é o segundo mercado mundial de telefones celulares. Na telefonia fixa, registrou que o país está na quinta posição. Mencionou que 6.890 empresas brasileiras têm hoje o certificado ISO 9000 de qualidade, o maior número entre os países em desenvolvimento.

– Por que não se orgulhar em dizer que o mercado editorial de livros do país é maior que o da Itália? Que o Brasil tem o mais moderno sistema bancário do planeta? Que nossas agências de publicidade ganham os melhores e maiores prêmios mundiais? – perguntou.

Na área social, Geovani relatou que o programa brasileiro de combate à Aids e a outras doenças sexualmente transmissíveis é um sucesso estudado por outros países. Na política, ponderou que, “apesar das mazelas, o Congresso está punindo seus próprios membros, o que raramente ocorre em outros países ditos civilizados”. Citou também uma pesquisa que apontou os brasileiros “como os maiores amantes do mundo” e outra segundo a qual os brasileiros tomam banho todos os dias, “enquanto os europeus apre-



Geovani Borges cita fatos para “melhorar auto-estima” do país

sentam a média de uma vez por semana”.

Ele afirmou não aceitar que, nos “últimos tempos”, estejam aparecendo “cabeças iluminadas do mundo a dizer aos brasileiros o que devem fazer com a Amazônia, como se estivessem tramando a sua internacionalização”. Frisou que a Amazônia é brasileira e que os brasileiros não estão oferecendo aos países ricos nenhuma “gestão compartilhada” da região.



Foto de Marcelo Mairiz

Amazônia está sendo objeto de cobiça, relata Paulo Duque

## Duque exalta nacionalismo de senadores

Paulo Duque (PMDB-RJ) destacou ontem o nacionalismo dos senadores que o antecederam na tribuna. O parlamentar lembrou que os chamados nacionalistas costumavam reunir-se há 50 anos no Clube Militar do Rio de Janeiro e em conferências do Clube Naval, para defender a Amazônia e as jazidas de ferro em Minas Gerais. A história se repete hoje, disse.

Paulo Duque deu razão a Jayme Campos (DEM-MT) por apoiar o direito de os estados criarem novos municípios. Observou que o país tem apenas 26 estados e o Distrito Federal para 8,5 milhões de quilômetros quadrados e assinalou que, hoje, se repete a luta da cobiça mundial sobre as riquezas da região amazônica. O senador citou os Estados Unidos, que têm 50 estados e quase a mesma extensão territorial do Brasil, como exemplo de um país muito mais fácil de se dirigir.

O senador Mão Santa (PMDB-PI) afirmou, em aparte, que Paulo Duque trouxe o melhor da história do Brasil, que vive um dos seus piores momentos, um momento de risco.

– Este país está entrando numa anarquia, quando se vê uma quebra da hierarquia e da disciplina – sustentou Mão Santa.

Geovani Borges (PMDB-AP) e Wellington Salgado (PMDB-MG) também manifestaram apoio ao discurso do representante fluminense.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Garibaldi Alves Filho  
**1º Vice-Presidente:** Tião Viana  
**2º Vice-Presidente:** Alvaro Dias  
**1º Secretário:** Efraim Morais  
**2º Secretário:** Gerson Camata  
**3º Secretário:** César Borges  
**4º Secretário:** Magno Malta

**Suplentes de Secretário:** Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretária-Geral da Mesa:** Claudia Lyra

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Garibaldi Alves Filho • Alvaro Dias • Jayme Campos • Jefferson Praia • João Pedro

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Helival Rios  
**Diretora de Jornalismo:** Maria da Conceição Lima Alves

### AGÊNCIA SENADO

**Diretora:** Valéria Ribeiro (61) 3311-3327  
**Chefia de Reportagem:** Denise Costa e Moisés de Oliveira  
**Edição:** Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Davi Emerich (61) 3311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Teixeira, José do Carmo Andrade e Juliana Steck  
**Diagramação:** Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquêas D. de Moraes  
**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino

**Arte:** Cirilo Quartim e Oscar

**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 3311-3332

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Site: [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3311-3137

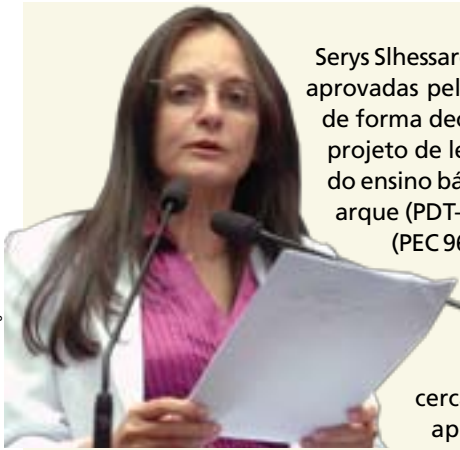
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP



## Serys elogia decisões sobre educação

Foto de Geraldo Magela



Serys Silhessarenko (PT-MT) disse ontem que duas matérias aprovadas pelo Senado na semana passada contribuirão de forma decisiva para melhorar a educação no Brasil: o projeto de lei que institui o piso salarial dos professores do ensino básico (PLS 59/04), de autoria de Cristovam Buarque (PDT-DF), e a proposta de emenda à Constituição (PEC 96/03) que reduz gradualmente os percentuais da Desvinculação de Receitas da União (DRU) sobre as verbas para o ensino, de autoria de Ideli Salvatti (PT-SC).

– Esta proposta deverá beneficiar cerca de 800 mil professores no Brasil, além de aposentados e pensionistas da categoria. A partir de janeiro de 2010, nenhum professor da educação básica poderá receber menos que 950 reais. Uma vitória – disse.

Serys lembra que a partir de 2010 nenhum professor receberá menos que R\$ 950

Serys registrou ainda a importância da extinção da DRU, prevista para 2011.

– São necessários mais investimentos, mais olhares para esse segmento. A educação é a base para o crescimento – frisou a senadora.

## Pedro Simon defende presidente do Banrisul

Pedro Simon (PMDB-RS) defendeu ontem o presidente do Banco do Rio Grande do Sul (Banrisul), Fernando Lemos, da acusação de ter cometido irregularidades em sua gestão à frente da instituição, feita pelo vice-governador do estado, Paulo Feijó.

– Se há uma figura de respeito no Rio Grande do Sul, é o presidente Fernando Lemos – declarou Simon.

Feijó foi o pivô de uma crise no governo gaúcho, ao denunciar esquema de corrupção no Departamento de Trânsito (Detran) do estado envolvendo assessores da governadora Yeda Crusius.

Para Simon, o vice-governador “entrou em um terreno delicado e complicado, confundindo a inimizade com a governadora com inimizade com o Rio Grande do Sul”.

– O desempenho dele na vida pública é respeitável, e na direção do Banco do Rio Grande do Sul, é digno de aplauso. O banco foi considerado o melhor banco público do Brasil – disse Simon.

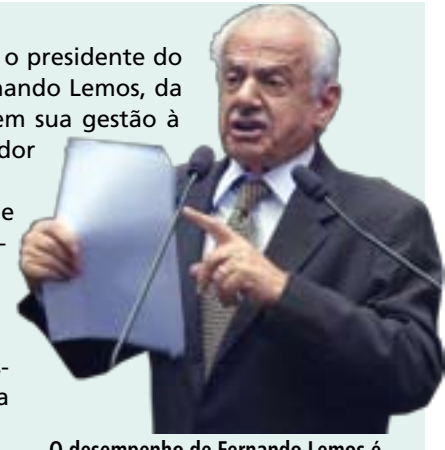


Foto de Geraldo Magela

O desempenho de Fernando Lemos é digno de aplauso, afirma Pedro Simon

## Senadores comprovam em Belém as más condições da Santa Casa

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) disse que a comissão de senadores que visitou ontem a Santa Casa de Misericórdia de Belém comprovou todas as denúncias feitas pelos funcionários da instituição e também pelo Conselho Regional de Medicina (CRM), pelo Sindicato dos Médicos e pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). A visita dos senadores foi aprovada pela Comissão de Assuntos Sociais no último dia 2, em razão do grande número de recém-nascidos mortos naquele hospital – só no mês de junho morreram 54 bebês.

Por telefone, em entrevista à Agência Senado, Flexa Ribeiro confirmou a desativação de vários serviços prestados pela Santa Casa, como o atendimento a gestantes com gravidez de risco. Ele também criticou a substituição brusca de mais de 60 técnicos da UTI Neonatal – um dos fatores que, para o parlamentar, motivou a tragédia, devido à falta de experiência dos que assumiram os postos.

A comissão – integrada pelos senadores Papaléo Paes (PSDB-AP), Augusto Botelho (PT-RR), Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) e José Nery (PSOL-PA), além do próprio Flexa Ribeiro – foi recebida na Santa Casa



Foto de Geraldo Magela

Flexa Ribeiro: comissão pedirá reestruturação de hospital

de Misericórdia pelo novo diretor da entidade, Maurício Bezerra, e pela secretária estadual de Saúde, Laura Rossetti. Depois de percorrerem as instalações do hospital, os parlamentares fizeram uma espécie de audiência pública à qual compareceram representantes da OAB, do CRM e do Sindicato dos Médicos.

– O novo presidente da Santa Casa, ao apresentar o plano de recuperação [da instituição], assume que houve a desestruturação do hospital – afirmou Flexa Ribeiro.

O senador informou que a comissão de senadores irá fazer um relatório e pedirá à governadora Ana Júlia Carepa apoio ao projeto de reestruturação da Santa Casa.

## Congresso adia votação da LDO para terça-feira

Mudança decorre da necessidade de atender reivindicações apresentadas na sessão de ontem, inclusive crédito para candidatura do Rio a sede das Olimpíadas

A VOTAÇÃO DA Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2009, programada para ontem, em sessão do Congresso, foi adiada para a próxima terça-feira, às 19h. Um acordo selado ainda no início dos trabalhos abriu espaço para que, nos próximos dias, ocorram ajustes visando atender reivindicações apresentadas durante a sessão. Por parte da bancada do Rio de Janeiro, a cobrança foi pela aprovação de projeto (PLN 13/08) que abre crédito suplementar de R\$ 85 milhões para despesas com a candidatura do Rio a sede dos Jogos Olímpicos de 2006.

Para que as negociações fossem abertas, a bancada fluminense ameaçou pedir verificação de quórum, para impedir a votação simbólica. A mesma estratégia foi sustentada pelo DEM, interessado na retirada do texto da LDO dos investimentos das empresas estatais da regra do duodécimo. Esse mecanismo

autoriza o Executivo a gastar 1/12 por mês do total de amplo conjunto de ações do Orçamento quando o ano começa sem que essa matéria esteja com sua votação concluída.

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, observou que a ausência de deputados foi decisiva para a falta de quórum. Salientou, ainda, que o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia (PT-SP), também apoiou a transferência da votação da LDO para a próxima semana.

A senadora Roseana Sarney (PMDB-MA), líder do governo no Congresso, assegurou que todos os entendimentos foram feitos ontem.

Para a senadora Serys Silhessarenko (PT-MT), relatora da LDO para 2009, apenas as estatais dependentes, que se mantêm com repasses de recursos do Orçamento Fiscal, podem vir a enfrentar algum tipo de dificuldade com a retirada da regra do duodécimo, caso o Orçamento demore a ser aprovado.



Foto de José Cruz

Garibaldi Alves preside a sessão do Congresso, ao lado de Roseana Sarney (à dir.)

## Lúcia Vânia exalta papel de japoneses em GO

Foto de José Cruz



A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) destacou a importância da imigração japonesa para Goiás. Ela registrou o lançamento, em 28 de junho, na Associação Nipo-Brasileira, do livro *Meia volta ao mundo – Imigração japonesa para Goiás*.

A obra, informou, foi coordenada pela professora Cecília Noriko Ito Saito, do Centro de Estudos Orientais da Universidade Católica de São Paulo, e teve como base dissertação de mestrado de Fátima Alcídia, no curso de História da Universidade Federal de Goiás (UFGO). A obra traz ainda depoimentos e arquivos da associação, imagens e artigos de pesquisadores da UFGO.

Senadora registra publicação de livro sobre imigração japonesa no Centro-Oeste

Centro-Oeste, existem 70 mil japoneses. Desses, 5 mil vivem em Goiás, notadamente nos municípios de Goiandira, Pires do Rio, Catalão, Anápolis, Nerópolis, Goiânia, Goianópolis e Inhumas. “Em Goiás, os imigrantes converteram-se em pequenos e médios proprietários, dedicando-se ao cultivo de café e a outras atividades agrícolas”, assinalou Lúcia Vânia.

## César Borges: violência está em alta na Bahia

Ao comentar reportagens do jornal baiano *A Tarde* e do telejornal *Bom Dia Brasil*, da TV Globo, César Borges (PR-BA) lamentou o aumento da violência urbana em Salvador e em outras cidades da Bahia. O senador declarou que não tem intenção de partidizar o problema e cobrou providências urgentes dos governos federal, estadual e de prefeituras para conter o aumento da criminalidade.

– Como um dos três representantes da Bahia no Senado, quero repercutir essa preocupação, que está dentro de cada cidadão baiano, seja da capital, seja do interior, com o aumento da violência e da criminalidade. Não vivíamos essa situação que, lamentavelmente, estamos vivendo – disse.

César Borges manifestou ainda preocupação com a possibilidade de ocorrência de surto de febre amarela em Salvador devido à detecção de uma cepa de vírus da doença em macacos habitantes de matas próximas à cidade. Ele também lamentou a necessidade de interdição, pela vigilância sanitária, de frigoríficos e matadouros na região de Juazeiro e Senhor do Bonfim.

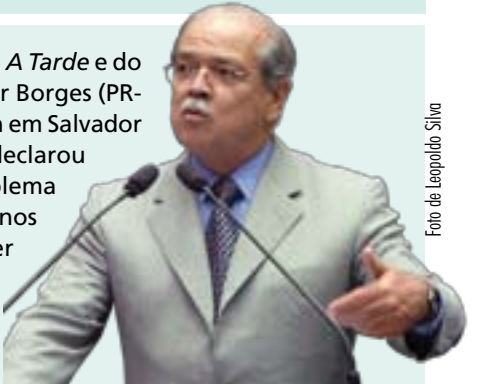
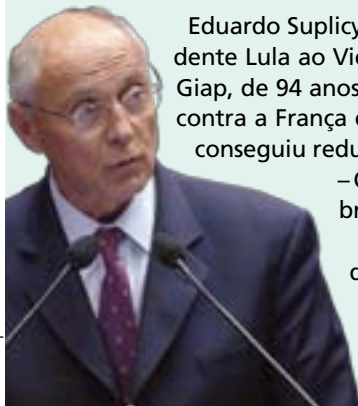


Foto de Leopoldo Silva

Senador apela por providências urgentes contra a criminalidade



## Suplicy relata viagem de Lula ao Vietnã



Eduardo Suplicy (PT-SP) informou o Plenário sobre a visita do presidente Lula ao Vietnã, onde se encontrou com o general Vo Nguyen Giap, de 94 anos, considerado um dos artífices das vitórias militares contra a França e os Estados Unidos. Conforme o senador, o Vietnã conseguiu reduzir de 70% para menos de 20% a pobreza no país.

– O Brasil e o Vietnã têm muitas experiências a trocar sobre como reduzir a pobreza de sua população – disse. Suplicy afirmou que o presidente da República tem dado entrevistas durante a viagem para mostrar que o Brasil tem produzido mais alimentos, mesmo com o aumento da área destinada à cana para produção de álcool. A ideia é “explicar ao mundo” que o álcool brasileiro não pode ser responsabilizado pelo aumento dos preços dos alimentos. Amanhã, informou, Lula estará em Timor Leste.

Suplicy: Vietnã reduziu a pobreza para 20%

## Cristovam: EUA teriam interesse no petróleo

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) considerou “um erro diplomático” os Estados Unidos posicionarem a sua Quarta Frota da Marinha no Atlântico, próximas à América Latina. Ele disse que a opinião pública nacional, alertada para possíveis ações visando à internacionalização da Amazônia, teme que a aproximação da força naval configure mais uma afronta à soberania do Brasil, o que pode reacender a hostilidade aos Estados Unidos.

No entanto, observou, o foco dos norte-americanos seria um possível interesse nas reservas de petróleo descobertas pela Petrobras em áreas marítimas profundas do Atlântico, cuja camada denominada pré-sal é considerada de domínio internacional.

– Quem penetrar primeiro nessa camada terá o direito a levar o petróleo – advertiu Cristovam.



“Primeiro a explorar a pré-sal terá o petróleo”

## Inácio Arruda critica decisão do STF de soltar Daniel Dantas

Inácio Arruda (PCdoB-CE) considerou estranha a decisão do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Gilmar Mendes, de soltar os presos pela Polícia Federal na Operação Satiagraha, já que, pouco antes, a própria Justiça considerava ter fortes indícios que justificassem a prisão.

– Por que houve essa operação? O que está mesmo por trás? Nós não temos que escamotear. Se é uma situação grave, então tem que se ir a fundo – afirmou.

Arruda disse que os espetáculos midiáticos não são uma exclusividade da Polícia Federal, pois também são praticados pelo Ministério Público e pelo próprio Judiciário. Para o senador, problema maior que o “espetáculo midiático” promovido pela PF é o conteúdo

do episódio.

– Nós não devemos colocá-la [a espetacularização das prisões] como central. Porque senão a gente ajuda a escamotear, a fazer cortina de fumaça. Aí [o assunto] passa três ou quatro dias na mídia, desaparece e o problema central não é esclarecido – assinalou.

### Ceará

O senador registrou ainda o ciclo de desenvolvimento que vive o Ceará. Ele ressaltou os investimentos feitos

pelos governos estadual e federal, integrando o estado com Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte, por meio de empreendimentos como o canal do São Francisco, a adequação da bitola da malha ferroviária para aumentar a velocidade dos trens e a refinaria de petróleo.



Senador também destaca desenvolvimento do Ceará

## Em desagravo, Mão Santa solidariza-se com Heráclito Fortes

O senador Mão Santa (PMDB-PI) solidarizou-se com Heráclito Fortes (DEM-PI), que teve seu nome relacionado ao do dono do Banco Opportunity Daniel Dantas, por ocasião da prisão do empresário. Na véspera, Heráclito criticou a

Amaro, proprietário da TAM, que, salientou, “levou sua companhia para o estado e enviou a Heráclito Fortes uma carta que está exposta em seu gabinete”.

– Um homem que luta pelas causas do Piauí, cuja população só agradece. Entre nós há um grande respeito – concluiu.

Em apertes, Rosalba Ciarlini (DEM-RN), Pedro Simon (PMDB-RS), João Tenório (PSDB-AL) e Valter Pereira (PMDB-MS) se associaram ao discurso de Mão Santa, enaltecendo o caráter

e a competência de Heráclito. – Heráclito esteve sempre ao lado de Ulysses na luta para restaurar a democracia – observou Simon.

Após o discurso, Heráclito Fortes agradeceu aos senadores pelas manifestações de solidariedade.



Para Mão Santa, colega é motivo de orgulho no Piauí

# Comissão chama embaixador para falar sobre Quarta Frota

Convite da CRE será feito também ao ministro da Defesa, por sugestão de Inácio Arruda. Quatro senadores já se encontraram com Clifford Sobel para discutir o assunto

O MINISTRO DA Defesa, Nelson Jobim, e o embaixador dos Estados Unidos, Clifford Sobel, serão convidados pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) a participar de debate sobre a reativação da Quarta Frota da Marinha norte-americana. Requerimento nesse sentido, do senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), foi aprovado ontem pelo colegiado.

Arruda elogiou a iniciativa de quatro senadores – Cristovam Buarque (PDT-DF), Eduardo Suplicy (PT-SP), João Pedro (PT-AM) e Pedro Simon (PMDB-RS) – de visitarem Sobel, na quarta-feira, para expor a preocupação com a reativação da frota, criada durante a Segunda Guerra Mundial e extinta em 1950. A área de atuação da Quarta Frota é a América Latina.

– O que é a Quarta Frota? Por que ela está monitorando o Atlântico Sul? – questionou

Inácio Arruda.

Suplicy relatou como foi o encontro com o embaixador. Contou que conversaram sobre episódios como o da participação da Marinha dos Estados Unidos no movimento que levou os militares ao poder no Brasil, em 1964. Sobel, afirmou o senador, reiterou que a recriação da frota teria motivações humanitárias, como as de assistência à saúde e às vítimas de desastres naturais.

Romeu Tuma (PTB-SP) disse ter estranhado que o anúncio da reativação da frota tenha ocorrido poucos dias depois de publicação de entrevista do comandante da Marinha, almirante Júlio de Moura Neto, sobre as dificuldades orçamentárias enfrentadas pela Força.

De acordo com Pedro Simon, Sobel teria estranhado a reação brasileira, pois, para o embaixador, os países latino-

americanos deveriam ser gratos pela decisão.

Simon ofereceu-se para levar à ex-senadora colombiana Ingrid Betancourt, que se encontra em Paris, convite para que ela participe de reunião da CRE. Ele informou que estará na capital francesa na próxima semana, em viagem particular. A comissão gostaria de ouvi-la sobre o período que passou em poder das Farc.

A CRE aprovou ainda o envio ao Ministério das Relações Exteriores e à Organização da Unidade Africana de “manifestação de preocupação” com a situação política do Zimbábue. Virgínio de Carvalho (PSC-SE) foi indicado pelo Senado para acompanhar o pleito e chegou a se deslocar até a Bélgica, mas foi desaconselhado a seguir viagem por diplomatas brasileiros, preocupados com a situação naquele país africano.



Romeu Tuma (E) preside reunião em que foi discutida a recriação da unidade militar pela Marinha dos Estados Unidos

## Acordo entre Mercosul e Índia é aprovado

O Acordo de Comércio Preferencial entre o Mercosul e a Índia, firmados em 2004 e 2005, foi aprovado ontem pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e será agora examinado pelo Plenário. O projeto de decreto legislativo (PDS 91/08) referente ao acordo teve como relator *ad hoc* Inácio Arruda (PCdoB-CE).

Segundo o relator, o acordo pode ser interpretado como “etapa prévia e facilitadora da criação de uma área de livre comércio” entre os dois países.

A CRE acatou ainda outros 13 projetos de decreto legislativo. O PDS 110/08 aprova memorando de entendimento sobre

cooperação em agricultura entre Brasil, Índia e África do Sul. O PDS 96/08 traz o ajuste a acordo de cooperação científica na área de tecnologia militar entre Brasil e Argentina.

O PDS 107/08 aprova acordo entre Brasil e Hong Kong para isenção parcial de vistos. O PDS 121/08 trata da constituição da União Postal das Américas, Espanha e Portugal. Já o PDS 141/08 aprova acordo entre Brasil e Argélia para proteção de vegetais.

Acordo de cooperação em educação superior com a Tunísia é o tema do PDS 143/08. O de nº 147/08 refere-se a acordo com o Peru no uso do espaço

exterior. O de nº 122/08 acata a Convenção 102 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), relativa à Seguridade Social.

O PDS 142/08 aprova cooperação cultural com Barbados. Outro projeto (148/08) trata do protocolo sobre constituição da União Postal Universal. O PDS 150/08 é relativo a acordo de cooperação em turismo com Portugal. O de nº 93/08 traz acordo de cooperação técnica com a Guiné Equatorial. E o PDS 109/08 refere-se a protocolo de emenda a acordo sobre direitos de propriedade intelectual relacionados ao comércio, da Organização Mundial do Comércio (OMC).



Audiência pública na CRA aponta que potencial da cadeia produtiva de caprinos e ovinos no Brasil é grande, já que país importa grande parte da lã, carne e leite que consome

## Criação de ovelha e cabra beneficia pequeno produtor

EM DEBATE NA Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), o presidente da Companhia Brasileira de Látex, Acari Menestrini, apontou o crescimento da ovinocultura de leite em Santa Catarina como forma de melhoria de renda. O preço do leite de ovelha é 2,3 vezes superior ao do leite de vaca e a ovinocultura é adequada à agricultura familiar.

– A atividade permite a inclusão dos pequenos produtores no processo produtivo e envolve mais da metade dos estabelecimentos rurais do oeste de Santa Catarina – informou.

Menestrini considera “um absurdo” o Brasil importar 60% da carne de ovelha consumida. Ele pediu maior oferta de recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) para a ovinocultura.

– Queremos resgatar os pastores de ovelhas e dinamizar a produção de leite, carne e lã. Acreditamos que o Brasil será, em breve, o maior exportador do mundo – afirmou.

Paulo Afonso Schwab, presi-

dente da Associação Brasileira de Criadores de Ovinos, destacou que os produtores estão tentando se organizar e fechar os elos da cadeia produtiva do setor, um dos que mais cresce no país e com grande potencial. Ele também destacou que o Brasil possui um estoque de raças, com os melhores materiais genéticos.

– Temos que aumentar o rebanho. Não podemos nos dar ao luxo de importar produtos que podemos produzir aqui e até exportar.

Para Schwab, é preciso entender que a criação de ovelhas não se destina apenas à produção de lã. Segundo ele, o país deve aproveitar o crescimento de demanda por alimentos e investir no segmento, para melhor competir nesse mercado. Para isso, disse, é essencial ampliar a assistência técnica aos agricultores.

Presidente da CRA, o senador Neuto de Conto (PMDB-SC)

apontou o segmento como extraordinário para o desenvolvimento da agricultura familiar. E destacou a participação da ovinocaprinocultura na produção de leite e queijos.

O senador João Tenório (PSDB-AL) apontou a ovinocultura como uma “opção interessante” para o Nordeste e uma alternativa para o aumento da oferta de

alimentos, podendo ainda favorecer a liberação de áreas para a produção de grãos.

A senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) elogiou a audiência pública e destacou a possibilidade de desenvolvimento

da produção nacional de caprinos e ovinos. Para ela, com uma melhor organização da cadeia produtiva de caprinos e ovinos, o país poderá diminuir a importação de seus subprodutos. Ela também pediu a ampliação do acesso de pequenos produtores, especialmente do semi-árido nordestino, a financiamentos do Pronaf.

**Atividade é apropriada para aumentar a renda de unidades familiares, dizem especialistas**



Ao lado de representantes de produtores de ovinos e caprinos, o senador Neuto de Conto (C) comandou o debate na CRA

## Brasil não está entre os maiores produtores

O Brasil tem um potencial muito grande na área de ovinocaprinos e precisa de ações concretas para seu desenvolvimento. A opinião foi manifestada pelo presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Caprinos e Ovinos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e presidente da Comissão Nacional de Caprinos e Ovinos da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Francisco Edilson da Costa, na audiência da CRA.

Internacionalmente, o Brasil ocupa a 16ª colocação entre os produtores de cabras, com 10 milhões de cabeças, e a 18ª, entre os produtores de ovelhas, com 15 milhões. A China é o maior produtor nos dois segmentos.

A falta de mão-de-obra capacitada, o alto grau de informalidade no abate, a competitividade em relação aos importados, o endividamento e a inadimplência dos produtores e a escassez e fragmentação de informações de mercado são os principais problemas do setor, segundo Edilson.

Entre os potenciais do setor, ele citou a geração de empregos; o estímulo à manutenção do homem no campo; a facilidade de produção a pasto; a exploração em pequenas áreas, com baixo impacto ambiental; e ainda a produção sob condições climáticas variadas.

## Senadores querem tornar o país auto-suficiente

Os senadores que participaram da audiência pública da CRA afirmaram que vão trabalhar para aprimorar a legislação do setor. Os parlamentares querem tornar o Brasil auto-suficiente em caprinovinocultura.

Marisa Serrano (PSDB-MS) destacou que é preciso mais incentivo para o setor, já que, apesar de sua crescente expansão, o país é grande importador desses produtos. “Precisamos de legislação específica para o setor, com incentivo ao pequeno produtor”, disse.

Casildo Maldaner (PMDB-SC) ressaltou que é preciso lutar em prol da atividade, para que ela conquiste mais espaços. Por ser uma atividade de fácil manejo, disse, é possível trabalhar com a caprinovinocultura sem abrir mão de outras atividades, como uma cultura de grãos, avicultura, pastagem ou reflorestamento.

O coordenador da Carteira de Ovinos e Caprinos do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) Nacional, Ênio Queijada de Souza, explicou ainda que o leite de cabra tem melhor digestibilidade; menor alergenicidade; alto valor protéico e alta agregação de valor em derivados como queijos, leite em pó, iogurtes e outros. Além disso, para cada 40 cabras de leite ou 60 caprinos de corte, um emprego é criado.

## Praia cobra investimentos para evitar destruição da Amazônia

Jefferson Praia (PDT-AM) defendeu a adoção imediata de projetos econômicos de curto prazo na Amazônia, para conter o avanço da devastação do ecossistema local.

O senador ressaltou que a região abriga 25% das espécies vegetais do planeta e é habitada por 23 milhões de brasileiros que, na maioria das vezes, sobrevivem de atividades predatórias que comprometem o futuro da floresta e de toda a Humanidade, já ameaçada pelo aquecimento global.

– A resposta consiste não apenas nas ações repressivas de fiscalização, mas no desenvolvimento socioeconômico de alternativas à destruição, para que a mata possa valer mais em pé do que derrubada – afirmou.

Praia disse que os projetos devem contemplar o zoneamento ecológico-econômico para



Senador pede alternativas para que a mata valha mais em pé que derrubada

identificar vocações regionais; formação de capital intelectual; ordenamento fundiário; recuperação de áreas degradadas, com a introdução de policultura de frutas; manejo de produtos florestais; iniciativas de ecoturismo; estímulo à produção de artesanato e aproveitamento de subprodutos como a pele de peixes, em vestuário.

## João Tenório defende estímulo à pecuária intensiva no país

O senador João Tenório (PSDB-AL) registrou a aprovação, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), de substitutivo do senador Osmar Dias (PDT-PR) a dois projetos que beneficiam a agropecuária e colaboram para a preservação do meio ambiente.

O PLS 555/07, do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), estabelece incentivos à produção orgânica de alimentos, e o PLS 474/07, do próprio João Tenório, cria estímulos para substituir a pecuária extensiva pela intensiva. Aprovada terminativamente na CRA, a matéria deve seguir para a Câmara.

Segundo Tenório, se a pecuária brasileira fosse “pelo menos semi-intensiva”, o Brasil poderia liberar 42,5 milhões



João Tenório: mudança pode aumentar rebanho em 64 milhões

de hectares para produção agrícola, o que seria suficiente para produzir 100 milhões de toneladas de grãos ou de 250 bilhões de litros de etanol, 12,5% do consumo mundial de gasolina. A substituição também poderia aumentar o rebanho bovino do país em 64 milhões de cabeças.

## Quintanilha pede crédito para produtores e diz temer inflação

O senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) manifestou preocupação com as dificuldades enfrentadas por produtores para a obtenção de crédito para o plantio desde que entrou em vigor, este mês, a resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) que proíbe bancos públicos e privados de conceder crédito a proprietários rurais em situação ambiental irregular na Amazônia. Ele teme que o aumento da demanda por alimentos gere inflação.

– É preciso uma interferência urgente e imediata para que os órgãos pertinentes possam estabelecer uma transição, para que os produtores se ajustem às novas exigências, e possam obter o crédito e plantarem – disse.

Quintanilha explicou que a exigência de georreferenciamento acabou colocando na ilegalidade muitos produtores rurais sem acesso ao crédito em



Medidas do CMN dificultam acesso a recursos na Amazônia, diz Quintanilha

tempo hábil para o plantio.

As dificuldades para acesso ao crédito, frisou o senador, terão como consequência a redução do plantio, pressão no preço dos alimentos e inflação, o que vai prejudicar toda a sociedade.

Jefferson Praia (PDT-AM), Wellington Salgado (PMDB-MG), Cristovam Buarque (PDT-DF) e Jayme Campos (DEM-MT) apoiaram Quintanilha.